

Editorial

Em defesa das elites, aquelas que não temos...

Se temos escolas para os talentos do futebol, escolas de elite muito competitivas, porque insistimos em não apoiar, diferenciando pela positiva, os nossos estudantes mais talentosos?

Uma das tragédias do sistema de ensino português é que este, em nome da igualdade, da massificação e da unicidade, mais depressa se uniformizou por baixo do que procurou estimular os melhores. O que é um tremendo erro, como mostram outros sistemas de ensino - designadamente o francês, formalmente igualitário mas que nunca abdicou de escolas de elite, para não falar do inglês ou do norte-americano - e como também mostra o que se passa nos campos de futebol.

Este último exemplo é elucidativo, porque não deve haver muitas actividades, se é que mesmo outra actividade, em que Portugal figure entre os melhores do mundo. Ou que tenha produzido, em número e qualidade, nos últimos 15 anos, tantas estrelas de topo (Figo, Rui Costa, Paulo Sousa, José Mourinho, Ronaldo, Simão, só para citar os exemplos mais sonantes). E porque é que isso aconteceu num desporto tão competitivo? Porque, apesar de sermos um país pequeno, não há miúdo que não "jogue à bola" nem há "olheiro" de clube que não ande por aí à pesca de futuros talentos. Quando os descobre, não tarda que o leve para longe, para a escola de um grande clube, o equivalente às escolas de elite de outros países.

O sonho do sucesso faz o resto, até porque se sabe que os melhores talentos só se revelam com muito, muito trabalho. Os grandes violinistas, por regra, iniciaram-se aos quatro, cinco anos, tal como os bailarinos de excepção. Ou os ginastas capazes de

arrancarem uma medalha olímpica. Ou campeões como Casey Stoner, o motociclista cuja incrível história contamos nesta edição, no dia em que corre em Portugal e tem a primeira oportunidade de se sagrar campeão mundial em MotoGP.

Se aceitamos naturalmente que em todos esses casos os miúdos se esforcem desde muito novos - mesmo que não o sintam, como acontecia com o Eusébio descalço dos bairros pobres de Moçambique, ou com Maradona, ou com Ronaldinho -, não falta quem discuta se é lícito introduzir no sistema de ensino regras tão competitivas como as que permitiram a transformação da Coreia do Sul num país próspero após ter sido totalmente destruída pela guerra. Regras não escritas, mas assumidas, que fazem com que aos dez, 10 anos, entre estudo nas aulas, em casa e com professores especiais, as crianças tenham de se aplicar oito a dez horas por dia.

Em Portugal, para além de não se acreditar que saber mais é um factor de sucesso - mais depressa se pensa em que é a chave para um empregozito estável... -, raros são os que cultivam a excelência. Mas quando isso sucede, mesmo em áreas que temos por aziagas para as nossas circunvoluções mentais, caso da detestada Matemática. O feito alcançado esta semana pelos quatro estudantes portugueses nas Olimpíadas Ibero-Americanas de Matemática (uma medalha de ouro, uma de prata e uma

de bronze) indica que também nessa área possuímos talentos. A questão está, como no futebol, em descobri-los, estimulá-los e treiná-los. E que estes correspondam com a mesma disponibilidade daqueles jovens que abdicaram de boa parte das suas férias de Verão para irem estudar numa escola organizada em Coimbra pela Sociedade Portuguesa de Matemática.

O nosso sistema de ensino não está, contudo, desenhado para estudantes como aqueles. Na maior parte dos casos, os bons alunos, os que podiam evoluir mais depressa, arrastam-se em turmas onde os professores têm, sobretudo, de tentar recuperar os que estão a ficar para trás. Ou, nalguns casos, em turmas onde há colegas com problemas reais de aprendizagem.

O erro não está, como é óbvio, em não querer deixar para trás os mais fracos, mas sim nos preconceitos que impedem que sejam dadas aos mais válidos, aos mais talentosos, as melhores condições. Sem olhar à sua origem social, sem ficar condicionado pelo tipo de escola em que anda a estudar.

Sem que isso aconteça, nunca teremos uma massa crítica mínima de talentos nas principais áreas do conhecimento. Teremos apenas excepções. Mas para criar essa massa crítica de talentos é necessário tratar de forma diferente alunos diferentes, não querer impor o mesmo padrão (necessariamente baixo) a todas as escolas e compreender que se algo corrói as nossas universidades é a sua dispersão baírrista ou tribal.

José Manuel Fernandes

Cartas ao Director

As escolas e os computadores

O país vivia um grave problema orçamental. Porém, depois de toda a ginástica feita ao nível das receitas - de se ter atacado as famílias com a subida do IVA, do IRS e do ISP - e depois daquele esforço de contenção orçamental - de se fecharem escolas, maternidades e urgências -, eis que já se pode respirar de alívio. O motivo não era para menos, pelo que era necessário festejar. E ao que assistimos nós? Ao Governo, em peso, a oferecer computadores às escolas.

Não é que as nossas escolas não precisem deles. A questão está no contra-senso de constatar-mos simultaneamente, cá em Portugal, que a nossa maior maternidade, a Alfredo da Costa, está a lançar uma campanha de angariação de fundos para a aquisição de novos equipamentos, por falta de verbas, enquanto 21 membros do Governo andam a distribuir computadores. E, para além do mais, o facto de serem os próprios membros do Governo a distribuir os computadores faz-nos lembrar

um certo provincianismo. A ideia que eu tenho destes actos é a de Ferreira Torres e de Valentim Loureiro a oferecerem electrodomésticos e casacos de couro por Amarante e Gondomar.

Na minha escola, a Secundária Garcia de Orta, a maior do Porto e uma das mais bem cotadas do país, não há grande falta de computadores. O problema desta escola é que, no ano passado, a casa de banho de um dos pavilhões esteve fechada por falta de condições, que no Inverno choveu em quase todos os pavilhões onde há aulas e inclusive no ginásio. Ficaria contente se um membro do Governo passasse por lá e oferecesse novas canalizações, novas placas para os telhados, novo material para os laboratórios.

*Francisco Queirós
Porto*

Propaganda do Governo

A apetência do Governo para a propaganda é sobejamente conhecida, mas nas últimas semanas tem vindo a ganhar proporções desmesuradas - a



distribuição de computadores num contexto de manifesta propaganda chega a ser exasperante. Na verdade, esta propaganda faz parte de um contexto mais alargado que insiste na importância da imagem. Assim, é a superficialidade, o aproveitamento desmesurado de medidas cuja popularidade é indiscutível e o escamoteamento das questões verdadeiramente importantes o que tem pautado a actuação do Governo. Trata-se da importância do "parecer" mais do que do "ser", e mais: este

Governo foi exímio na percepção da importância e na utilização dos meios de comunicação social. (...) Com este pano de fundo, não sobra muito espaço e tempo para se discutir seriamente as questões mais importantes. No caso específico da educação, não se discute a pertinência da autonomia das escolas, não se discute a proficiência do trabalho dos professores num contexto de colaboração e não de antagonismo criado pelo Ministério da Educação, nem tão-pouco se discutem as verdadeiras razões que subjazem ao insucesso escolar. (...) O impacto de uma medida desta natureza - a de atribuir, a preços reduzidos, computadores portáteis e Internet - serve também para esconder o enorme falhanço da educação. Se, por um lado, a medida é profícua no sentido em que fornece aos alunos um instrumento de importância extrema nos dias de hoje, não é menos verdade que acções desta natureza acabam por ser contraproducentes - a vulgarização destas imagens acaba por retirar importância a esta política do Governo. (...) *Ana Gonçalves Seixal*

O Público errou

O despacho do secretário de Estado António Braga que exonerou Licínio Soares Bastos do cargo de cônsul honorário de Portugal em Cabo Frio, no Brasil, não foi assinado no dia 14 de Setembro, como se lia na página 4 da edição do PÚBLICO de ontem, mas sim a 3 de Setembro. A data de 14 de Setembro diz respeito à sua publicação no *Diário da República*. Pela troca de datas, o nosso pedido de desculpa a António Braga e aos leitores.

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados, nem se prestará informação postal sobre eles. Email: cartasdirector@publico.pt

*Contactos do Provedor dos Leitores
Email: provedor@publico.pt
Telefone: 210 111 000*